




APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:




“IDADE MÉDIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E REALIDADE CONTEMPORÂNEA: INTERPRETAÇÕES, DISPUTAS E APROPRIAÇÕES”



Carolina Gual da Silva

 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6534-0389>
 Email: carolgual@gmail.com

Sofia Membrado

 Universidad de Buenos Aires
 Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7145-4337>
 Email: sofi.membrado@gmail.com

Cada época tem suas próprias ideias e perguntas sobre a Idade Média. Cada corrente historiográfica explorou temas e problemas distintos, com métodos e abordagens diferenciadas. O que sabemos e o que queremos saber sobre o milênio medieval nunca deixa de ser uma tarefa inacabada. Desde a premissa da obscuridade que marcou a visão renascentista até os dias atuais, a Idade Média frequentemente constituiu um “outro cronológico” negativo. Ao mesmo tempo, desde as evocações do Romantismo e o desenvolvimento das ideologias nacionalistas, ela não deixou de fascinar e de oferecer uma referência estética e política a várias correntes.

Sintomático desse fenômeno é que, de maneira diferente e com significados opostos, inúmeras referências à Idade Média podem ser encontradas no discurso político contemporâneo, particularmente no que diz respeito aos papéis de gênero e às representações de mulheres e dissidências, às vezes como sinônimo do que é conservador e repudiável, às vezes como fonte de legitimidade nos argumentos e motivos da nova direita. A centralidade que os feminismos e os movimentos LGTBIQ+ adquiriram na agenda pública nas últimas décadas tem uma força gravitacional sobre a ideia do medieval.

Narrativas sobre mulheres e gênero ajudaram na criação da própria ideia de “Idade Média”. No período que convencionamos chamar de Renascimento (seja no século

XIV na Itália ou no XVI no norte da Europa), já circulavam histórias que procuravam mostrar o passado obscuro do período precedente associando-o a costumes de gênero vistos como “bárbaros”, tais como o direito de o senhor tirar a virgindade das servas na noite de casamento, ou a ideia de que os cruzados colocavam cintos de castidade em suas esposas, entre outros. Todos esses mitos foram repetidos ao longo dos séculos levando o imaginário popular a tomá-los como verdadeiros.

Ao longo do tempo, até finais da década de 1970, os discursos de historiadores entendiam “mulher” como sendo o único gênero marcado, em oposição a “homem”, cujo gênero era não-perceptível ou neutro. A consequência desse posicionamento desdobrava-se em duas abordagens: uma que simplesmente ignorava o papel do feminino, ou de outras identidades de gênero na narrativa historiográfica, e outra que fomentou a área de estudos que ficou conhecida como “História da Mulheres”. Ambas seguiam pensando em termos essencialistas e, embora o campo de História das Mulheres tenha sido importante para o conhecimento da atuação feminina no contexto medieval, a separação acabava por reforçar o estereótipo de que o “universal” seria o masculino, definido apenas a partir de si mesmo.

Seguindo os movimentos de renovação constante dos estudos medievais, desde as décadas de 1980-90, a área foi transformada pela introdução das discussões sobre gênero. Com o avanço dos estudos, embasados em perspectivas teóricas como as de Joan W. Scott e Judith Butler, abriu-se um grande campo de discussão no qual as possibilidades de atuação das mulheres eram muito variadas, os papéis de gênero eram fluidos e as relações estabelecidas entre os gêneros eram bastante complexas. Assim, esse “mundo medieval” apresenta-se como um questionador dos modelos de gênero que estão enraizados na sociedade moderna, desnaturalizando rótulos como heterossexual/homossexual e nos convidam a historicizar as várias manifestações de subordinação/opressão de gênero.

Assim, o avanço dos estudos tem trazido uma gama de temáticas, abordagens, e documentações que possibilitam uma nova compreensão sobre a articulação dos gêneros para o período que convencionamos chamar de Idade Média e incluindo as reapropriações desse período pela contemporaneidade. Foi esse contexto, junto com nossas próprias especialidades de pesquisa, que inspiraram a proposta do atual dossiê e cujo resultado trazemos aqui a partir de cinco artigos de autoria de historiadoras e historiadores brasileiros. Englobando uma temporalidade que vai do século IV até o XIV, este dossiê abarca temas como a atuação e autoria feminina em contextos medievais, as construções de gênero em suas múltiplas formas no período medieval, as masculinidades medievais sob perspectivas relacionais, as manifestações de subordinação de gêneros características da sociedade medieval, assim como as experiências dissidentes de sexo e gênero. Os artigos

aqui apresentados utilizam uma variedade de tipologias de fontes documentais jurídicas, literárias, hagiográficas e materiais e diferentes abordagens teóricas sobre sexualidade e gênero.

Os dois primeiros artigos exploram hagiografias em temporalidades distintas para discutir as relações entre poder, institucionalização e gênero. Wendell dos Reis Velloso nos apresenta Macrina, mulher religiosa nascida na primeira metade do século IV, e cuja hagiografia foi composta por Gregório, bispo de Nissa logo após sua morte entre 380 e 383 EC. A partir de três eixos condutores – o discurso hagiográfico, a inteligibilidade de gênero e o exercício de poder dos bispos –, Velloso propõe que a santidade de Macrina é assentada na construção da performatividade de boa mulher cristã em um contexto de disputa de narrativas de poder e de gênero.

Ao mobilizar o conceito de sistema viriarcal, o artigo analisa os elementos de virilidade na hagiografia, unindo as categorias de gênero e poder, para propor um processo de masculinização do episcopado que, progressivamente, fez com que mulheres como Macrina, apesar de sua santidade, estivessem sempre subordinadas à autoridade de um homem dentro da hierarquia eclesiástica, algo entendido por Velloso como um novo elemento das hagiografias desse período. Assim, o autor compreende o contexto de afirmação do episcopado monárquico, a partir do século IV, como sendo construído discursivamente a partir das hagiografias e das performatividades de gênero.

Mantendo-se na tipologia das hagiografias, Andréa Reis Ferreira Torres analisa três vitae de Marie d'Oignies: uma escrita por Jacques de Vitry, outra por Tomás de Cantimpré e a última por Goswin de Bossut, todas do século XIII. A obra de Jacques de Vitry é entendida como a primeira das biografias espirituais sobre uma pessoa não ligada a um grupo religioso institucionalizado, uma vez que Marie d'Oignies adotou a forma de vida das beguinhas. A autora, então, propõe uma análise que utiliza a categoria gênero para compreender como as diferentes hagiografias constroem discursos baseados na diferença sexual, interferindo nos ideais de espiritualidade em relação às instituições.

O artigo de Torres discute de forma aprofundada os contextos de produção das três hagiografias, bem como as relações das chamadas beguinhas com as ordens religiosas – mais especificamente com a Ordem Cisterciense – e o discurso anti-héretico que limitava a atuação dessas mulheres, a partir de uma análise minuciosa dos recursos teológicos, contextuais e semânticos dos documentos. Torres conclui que, apesar das interdições à forma de expressão de espiritualidade dessas mulheres, personificadas aqui na figura de Marie d'Oignies, as hagiografias também apresentam as relações intrínsecas delas com as

instituições eclesiásticas e uma certa valorização da participação feminina na vida religiosa, indicando a realidade complexa dos papéis de gênero nessa sociedade.

A partir de um outro tipo de documentação, Luan Lucas Araújo Morais realiza uma análise profunda do binômio casamento-adultério e das tensões entre o dever conjugal e a paixão adúltera por meio dos poemas de Tristão e Isolda, que são, por sua vez, contrastados com os sistemas jurídicos da Irlanda dos séculos XII-XIII. A relação entre fontes literárias e jurídicas não opera apenas por distinções e semelhanças, já que o autor observa de que maneiras e em que medida os marcos normativos do direito canônico e vernáculo influenciaram e foram influenciados pelas narrativas do ciclo tristaniano. No entanto, o artigo vai além, buscando situar a narrativa sobre Tristão e Isolda em uma história social e jurídica do casamento, na qual o gênero e as relações de gênero ocupam um lugar sensível.

O casamento de Isolda com o rei Marc era legítimo, após o filtro amoroso que a atraiu para Tristão? As fricções e tensões que ocorrem quando a tradição jurídica irlandesa se confronta com a Igreja latina, em pleno processo de sacralização do casamento, abrem um espaço complexo de disputas e interpretações, no qual o amor encontra um lugar. O consentimento feminino e uma ordem social baseada na honra das mulheres são objeto da análise empreendida por Araújo Morais.

Afastando-se das fontes literárias, mas seguindo com as de caráter jurídico, o artigo escrito a quatro mãos por Daniele Gallindo-Gonçalves e Alexia Francis Peter Demari nos leva a percorrer as discussões sobre performatividade trans a partir do interrogatório de John/Eleanor Rykener, de 1394. A partir de uma compreensão de gênero que busca ultrapassar o binarismo para incorporar outras formas de existência sob uma perspectiva queer, as autoras analisam o interrogatório explorando as experiências sociais e sexuais de Rykener.

Desenvolvendo uma discussão sobre prostituição e sodomia, Gallindo-Gonçalves e Demari mostram como, através do interrogatório, a performance de Eleanor não aparece como limitada às vestimentas ou à sexualidade, uma vez que ela própria se entende como mulher também pelas atividades laborais que exerce, mesmo quando lhe é atribuída uma identidade masculina. Assim, o artigo não propõe uma resposta definitiva quanto à identidade de Rykener, mas, entendendo trans como uma ação em contínua construção, ressalta a necessidade de olharmos para as fontes normativas através daquilo que elas apresentam como sendo tanto um incômodo quanto uma possibilidade na sociedade da Londres do século XIV.

Por fim, temos o artigo de Renato Rodrigues da Silva que utiliza uma fonte material para abordar a questão das construções e expressões de gênero na sociedade medieval, aprofundando-se nos debates sobre masculinidades. Para isso, realiza um mapeamento interessante e minucioso do desenvolvimento do campo dos estudos de gênero na História Medieval e se posiciona dentro da tendência historiográfica que entende o gênero como um conceito historicamente construído, necessariamente relacional e não binário.

No seu caso, as diferentes manifestações das masculinidades aristocráticas na Inglaterra altomedieval são exploradas através da análise de um objeto: a Urna de Frank, um verdadeiro repositório de códigos e valores da sociedade. O que ele encontra é um entrelaçamento de atributos femininos com os masculinos, que não podem ser compreendidos de forma isolada e fora do contexto histórico. Além disso, ele introduz em seu estudo a dimensão da ancestralidade. A operação de expressar e construir as masculinidades parece estar ligada a referências a tempos históricos, míticos e bíblicos.

A diversidade de temas e de tipos de documentação presentes nos artigos deste dossiê evidencia a importância de pensarmos gênero tanto como campo de estudos, quanto como categoria de análise. Percebe-se, portanto, que a relação passado-presente não é apenas instrumental. Se a Idade Média é “usada” para explicar processos atuais, dando origem a preconceitos e distorções e obstruindo, por sua vez, a possibilidade de apreender nossa época pelo que ela é, a verdade é que também conhecemos e entendemos muito mais da Idade Média à luz das novas preocupações, sensibilidades e questionamentos que temos neste primeiro quarto do século XXI. As amplas possibilidades que os estudos de gênero trazem para esse debate nos convidam a refletir sobre como os papéis de gênero têm sido repensados e questionados, bem como sobre a própria categoria de gênero, com suas inconstâncias, conflitos e transformações.